

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence

CNPJ nº 61.699.567/0012-45

Nota do Administrador

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina...

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembléia Geral dos Sócios. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX...

econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais. Table with columns for 2013 and 2012, detailing assets (Ativo) and liabilities (Passivo).

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 7) Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais. Table with columns for social and revaluation reserves, and superavit/déficit.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 - Valores em reais. Detailed text notes for the 2013 period, covering operational context, accounting policies, and financial results.

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais. Table with columns for 2013 and 2012, detailing revenue (Receitas), expenses (Despesas), and value added.

ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais...

continuação de entidade sem finalidade de lucros. **3.1. - Razão Social da Unidade: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence** - Rua Saigiro Nakamura, 800 - Vila Industrial - São José dos Campos - SP - CEP 12.220-280 - CNPJ nº 61.699.567/00012-45. **3.2. - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.). **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	RS	
	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e Saldos em Bancos	15.363,97	97.438,05
Aplicação Financeira de Curto Prazo	357.106,49	3.479.874,66
Caixa e Equivalentes de Caixa	372.470,46	3.577.312,71

4.2. - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. **4.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.4. - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2013 é de R\$ 1.531.450,04 (Hum Milhão, Quinhentos e Trinta e Um Mil, Quatrocentos e Cinquenta Reais e Quatro Centavos). A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC nº 1.170/09 (NBC TG 16)).

	Valores em Reais	
	31/12/2013	31/12/2012
Materiais utilizados no setor de Nutrição	83.038,68	146.127,86
Materiais utilizados no setor de Farmácia	428.671,76	681.065,34
Materiais de Almojarifado	990.796,40	1.103.838,86
Empréstimos a Terceiros	28.943,20	27.110,79
Total	1.531.450,04	1.958.142,85

4.5 - Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.6 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.7.-Provisão para Rescisão de Contratos:** Conforme nota explicativa, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões para rescisões de

contrato. **4.8 - Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.9 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.10 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31/12/2013 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 1.767.987,61 (Hum Milhão, Setecentos e Sessenta e Sete Mil, Novecentos e Oitenta e Sete Reais e Sessenta e Um Centavos). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2013, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 3.901.091,31 (Três Milhões, Novecentos e Um Mil, Noventa e Um Reais e Trinta e Um Centavos). **4.11 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.12 - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordo de contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5 - Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos com recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuimos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2013

Descrição	Posição em		
	31/12/2012	Aquisição	Baixa
Imobilizado - Bens de Terceiros	12.200.532,28	1.075.892,97	0,00
Bens Móveis	12.200.532,28	1.075.892,97	0,00
Apar. Equip. Utens. Med. Odont. Lab.	7.325.356,56	473.184,99	0,00
Equip. Proteção/Segurança/Socor	81.657,11	0,00	0,00
Equip. Processamento de Dados	1.031.923,90	32.889,51	0,00
Mobiliário em Geral	1.953.025,03	314.833,60	0,00
Máquinas Utens e Equip. Diversos	726.395,67	219.629,96	0,00
Veículos de Tração Mecânica	536.575,43	0,00	0,00
Aparelhos de Medição	276.562,17	0,00	0,00
Aparelhos e Equip. Comunicação	58.566,16	17.083,20	0,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	164.756,37	13.976,11	0,00
Maq. e Equip. de Natureza Industrial	27.702,12	4.295,60	0,00
Máquinas e Utensílios de Escritório	18.011,76	0,00	0,00

Demonstrativo da movimentação dos Ajustes de Bens do Ativo do Imobilizado em 2013

Descrição	Posição em		Ajuste do Exercício	Posição em	Taxas anuais médias de Ajustes
	31/12/2012	Baixa			
Ajuste vida útil econômica de Bens de Terceiros	(7.261.325,37)	0,00	932.192,38	(8.193.517,75)	
Bens Móveis	(7.261.325,37)	0,00	932.192,38	(8.193.517,75)	
Apar. Equip. Utens Med. Odont. Lab.	(4.007.773,74)	0,00	(601.109,04)	(4.608.882,78)	10,00
Equip. Proteção/Segurança/Socor	(40.552,47)	0,00	(4.511,04)	(45.063,51)	20,00
Equip. Processamento de Dados	(967.633,59)	0,00	(27.747,41)	(995.381,00)	10,00
Mobiliário em Geral	(1.046.820,86)	0,00	(171.100,67)	(1.217.921,53)	10,00
Máquinas Utens e Equip. Diversos	(305.378,25)	0,00	(81.043,48)	(386.421,73)	10,00
Veículos de Tração Mecânica	(536.575,43)	0,00	0,00	(536.575,43)	20,00
Aparelhos de Medição	(204.919,66)	0,00	(23.414,64)	(228.334,30)	10,00
Aparelhos e Equip. Comunicação	(7.808,38)	0,00	(6.862,67)	(14.671,05)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(110.948,38)	0,00	(13.221,31)	(124.169,69)	10,00
Maq. e Equip. de Natureza Industrial	(19.738,21)	0,00	(2.067,68)	(21.805,89)	10,00
Máquinas e Utensílios de Escritório	(13.176,40)	0,00	(1.114,44)	(14.290,84)	10,00

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **6 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, Assistências Governamentais, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **6.1 - Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores recebidos diretamente pela Entidade para os quais o uso é restrito, representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais recebidas. Os valores recebidos diretamente pela Entidade através do Contrato de Gestão representaram no ano de 2013, 100% do total das receitas operacionais. **6.2 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas e quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2013 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 627,51 (Seiscentos e

Vinte e Sete Reais e Cinquenta e Um Centavos), enquanto que em 2012 foi de R\$ 20.086,53 (Vinte Mil Oitenta e Seis Reais e Cinquenta e Três Centavos). **6.3 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2013 a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0012-45	
Convênios/Contratos	RS
Contrato 24.900/11 Prefeitura de São José dos Campos	116.622.344,39

7 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido no balanço anterior, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas do ano, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O Patrimônio Líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do estabelecido as Resoluções CFC 1409/12 (item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15 A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental, de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". **8 - Resultado do Exercício:** Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição para aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. **9 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade com o estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Conforme artigo acima a SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, tem sob sua gestão diversas atividades, apresentou nesta unidade a seguinte produção:

Tipo de Atendimento	Total
Urgências	207.601
Ambulatório	75.032
Cirurgia	8.128
SADT	568.587
Número de Internações	18.145

10 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22 de junho 2012 a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam R\$ 20.937.190,50 (Vinte Milhões, Novecentos e Trinta e Sete Mil, Cento e Noventa Reais e Cinquenta Centavos).

10.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados: Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2013, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 16.676.975,45 (Dezesseis Milhões, Seiscentos e Setenta e Seis Mil, Novecentos e Setenta e Cinco Reais e Quarenta e Cinco Centavos). Em 2012, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 15.051.635,29 (Quinze Milhões, Cinquenta e Um Mil, Seiscentos e Trinta e Cinco Reais e Vinte e Nove Centavos).

10.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros.: A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2013 atingiu um montante de R\$ 540.046,30 (Quinhentos e Quarenta Mil, Quarenta e Seis Reais e Trinta Centavos). Em 2012 o referido valor de receita totalizou R\$ 501.637,30 (Quinhentos e Um Mil, Seiscentos e Trinta e Sete Reais e Trinta Centavos).

10.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2013 foi de R\$ 3.720.168,75 (Três Milhões, Setecentos e Vinte Mil, Cento e Sessenta e Oito Reais e Setenta e Cinco Centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2012, esse montante foi de R\$ 3.380.057,71 (Três Milhões, Trezentos e Oitenta Mil, Cinquenta e Sete Reais e Setenta e Um Centavos). **11 - Trabalho Voluntário.:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2013 correspondeu a R\$ 15.537,48 (Quinze Mil Quinhentos e Trinta e Sete Reais e Quarenta e Oito Centavos).

12 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12): Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma:

- Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento;
 - As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dívida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e
 - Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente.
- 13 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **14 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M. **Dr. Carlos Alberto Maganha** - Diretor Técnico **José Roberto da Mota** - Contador - CRC-1SP 252.369/O-7

Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2013 - Produção Assistencial

Linhas de Contratação	Contratado 2013	Realizado 2013	Linhas de Contratação	Contratado 2013	Realizado 2013	Resultado Contábil	Receitas 2013	Despesas 2013
Internações *	19.200	18.145	Urgência **	231.024	207.601		145.849.729,27	145.849.729,27
Cirurgias	7.524	8.128	Ambulatório	59.848	75.032			
SADT	552.516	568.587	Total	870.112	877.493		A Diretoria	

* Alteração na metodologia de apuração das AIHs.
** Houve divergência na transmissão dos arquivos do sistema SAMS (PMSJC) para o sistema Datasus nos meses de janeiro e fevereiro.



continuação

Ata da 17ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Data, Horário e Local: Ao 15º dia do mês de abril de dois mil e quatorze, às 09h, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Ana Luísa Hofling Lima, Paulo Bandiera Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados:** **Superintendentes:** Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur e Dr. Anderson Viar Ferraresi. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2013 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia:** **Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do

Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HMVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas

Parecer da Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro 2013, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HMVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas

Relatório dos Auditores Independentes - A Diretoria. **1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence,** que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **3) Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas

Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HMVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE),

(CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Depen-

Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Ta-

pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **4) Opinião sobre as demonstrações**

Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2013. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. Ana Luísa Hofling Lima, Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo, Dr. Maria Inês Dolci.

dente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 14 de Abril de 2014. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro, Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla, Prof. Dr. João Tonioli Neto, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Prof. Dra. Ruth Guinsberg, Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.

baco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 23 de abril de 2014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M..

contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 01 de abril de 2014. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ricardo Roberto Monello - Contador - CT-CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento, Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

CNPJ nº 36.113.876/0001-91

AVISO AOS DEBENTURISTAS/INVESTIDORES

Encontram-se à disposição os Relatórios Anuais do Agente Fiduciário - Exercício Social de 2013, nos locais indicados no Artigo 12, Inciso XVIII da Instrução CVM nº 28/83.

EMISSIONES DE DEBÊNTURES

EMISSORA	EMISSION	EMISSORA	EMISSION	EMISSORA	EMISSION
AGV Logística S.A.	1ª	Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (sucessora da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil)	8ª	Marisa Lojas S.A.	2ª
Alog Soluções de Tecnologia em Informática S/A, sucessora por incorporação de Alog Data Centers do Brasil S.A.	1ª	Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (sucessora da ItaúBank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil)	4ª	MMS Participações S.A.	1ª
Alog Soluções de Tecnologia em Informática S/A	1ª	Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (sucessora da Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil)	6ª	Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.	7ª
Alupar Investimentos S.A.	4ª	Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (sucessora da Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil)	7ª	NS2.COM internet S.A.	1ª
Comercial Borgato Máquinas e Implementos S/A	1ª	Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.	3ª	OAS Engenharia S.A.	5ª
Comercial Borgato Máquinas e Implementos S/A	2ª	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	2ª	OAS S.A. (Nova denominação da OAS Engenharia e Participações S.A.)	3ª
BHG S.A. - Brazil Hospitality Group	2ª	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	1ª	Oceanic Incorporações e Administração S.A.	1ª
Blue Bird Participações S.A.	1ª	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	2ª	Odebrecht Transport S.A.	1ª
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	7ª	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	1ª	Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	1ª
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	7ª	Empresa Paraeense de Transmissão de Energia S.A.	1ª	PSA PAR Empreendimentos e Participações S.A.	1ª
Brazil Pharma S.A.	1ª	Energest S.A.	1ª	Produquímica Indústria e Comércio S.A.	1ª
Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S/A - CCDI	2ª	ESTRE Ambiental S.A.	1ª	Produquímica Indústria e Comércio S.A.	2ª
Camargo Correa S.A. - CCSA	7ª	Eucatex S.A. Indústria e Comércio	6ª	REDE D'OR São Luiz S.A.	2ª
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	1ª	Even Construtora e Incorporadora S.A.	6ª	Rossi Residencial S.A.	1ª
Companhia Brasileira de Distribuição - CBD	8ª	Via Varejo S/A (Nova Razão Social da Globex Utilidades S.A.)	3ª	Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	1ª
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás	2ª	Golf Village Empreendimentos Imobiliários S/A	6ª	Soares Penido Participações Empreendimentos S.A.	2ª
Companhia Paulista de Securitização - CPSEC	1ª	Helbor Empreendimentos S.A.	2ª	T4F Entretenimento S.A.	1ª
Comporte Participações S.A.	1ª	Helio Borenstein S.A. Administração Participações e Comércio	3ª	TECNISA S/A	3ª
Cromex S.A.	1ª	Hopi Hari S/A	1ª	TECNISA S/A	4ª
Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP	1ª	Hypermarcas S/A	6ª	Telefonica Brasil S.A.	4ª
CSN - Companhia Siderurgica Nacional	5ª	Inbrands S/A	1ª	Triunfo Participações e Investimentos S.A.	4ª
Cruzeiro do Sul Educacional S/A	1ª	LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	1ª	Votorantim Cimentos S.A.	3ª
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	4ª	Light - Serviços de Eletricidade S.A.	9ª	Votorantim Cimentos S.A.	6ª
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	8ª			YUNY Incorporadora S/A	1ª
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (sucessora da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil)	4ª				

EMISSIONES DE CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

EMISSORA	EMISSION	SÉRIE	EMISSORA	EMISSION	SÉRIE	EMISSORA	EMISSION	SÉRIE
Brasil Plural Securitizadora S/A	1ª	4ª e 5ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	104ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	145ª
BRC Securitizadora S/A	1ª	7ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	105ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	146ª e 147ª
BRC Securitizadora S/A	1ª	10ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	106ª a 113ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	148ª e 149ª
BRC Securitizadora S/A	1ª	11ª e 12ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	114ª a 119ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	150ª
BRC Securitizadora S/A	1ª	15ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	124ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	151ª
BRPR 44 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.	1ª	1ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	125ª e 126ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	152ª
BRPR 51 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.	3ª	1ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	127ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	153ª
BRPR 52 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.	1ª	1ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	128ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	154ª
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	24ª a 51ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	129ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	155ª
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	66ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	130ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	156ª
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	67ª e 68ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	131ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	169ª
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	69ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	132ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	176ª
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	74ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	134ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	179ª
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	76ª e 77ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	135ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	180ª
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	78ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	136ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	181ª
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	79ª e 80ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	138ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	187ª
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	81ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	139ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	22ª
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	83ª e 84ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	140ª	GAIA Securitizadora S.A.	3ª	1ª
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	87ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	141ª	Patria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários	2ª	1ª
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	99ª a 102ª	Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	2ª	142ª			

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2014

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A. - Agente Fiduciário